

Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/99

Com a realização do recenseamento da função pública, foi dado o primeiro passo no sentido de ser criado um modelo dinâmico que permita o conhecimento de dados sobre, nomeadamente, o número de trabalhadores, vínculos, categorias, antiguidade, situação remuneratória e sua distribuição por serviços.

Por forma a assegurar a actualização dos dados recolhidos, foi criada uma base de dados dos recursos humanos da Administração Pública, instrumento indispensável à gestão do pessoal e à adaptação e implementação das correspondentes medidas de política de reforma administrativa e de emprego público.

Ciente, todavia, de que, numa óptica de modernização administrativa, é necessário atribuir à gestão, nomeadamente na área dos recursos humanos, um carácter prospectivo, considera o Governo que se reveste da maior importância estabelecer estratégias de emprego, tendo em conta os objectivos a prosseguir por cada serviço e as previsões de necessidades de pessoal, formação e racionalização de estruturas de cada departamento governamental.

Numa óptica de gestão integrada, ao mesmo tempo descentralizada e responsabilizante, torna-se indispensável um envolvimento partilhado das secretarias-gerais e serviços de organização e gestão de pessoal de todos os ministérios na gestão integrada de recursos e no planeamento das necessidades de efectivos, face às estratégias definidas e objectivos a prosseguir.

Considerando que, nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 41/84, de 3 de Fevereiro, o processo de planeamento de efectivos tem como fase inicial a apresentação, em cada ano, do plano de necessidades de pessoal para o ano seguinte por parte dos serviços e organismos da administração central, torna-se indispensável que os serviços competentes do Ministério das Finanças e da Secretaria de Estado da Administração Pública e da Modernização Administrativa estejam na posse de todos os elementos necessários a uma correcta apreciação dos descongelamentos solicitados, bem como possam elaborar estudos sobre as necessidades previsionáveis de efectivos a curto e médio prazo.

Assim:

Nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolveu o seguinte:

1 — As disposições da presente resolução são aplicáveis aos serviços e organismos da administração central sujeitos ao regime previsto no Decreto-Lei n.º 41/84, de 3 de Fevereiro, em matéria de controlo de efectivos.

2 — O Secretariado para a Modernização Administrativa e a Direcção-Geral da Administração Pública conceberão e divulgarão um instrumento de recolha de dados e adequado suporte informático que permita apurar as necessidades de pessoal dos serviços e organismos da administração central pelo período de cinco anos, por forma a possibilitar uma gestão previsional de efectivos e a adoptar uma política coerente de descongelamentos.

3 — Salvo situações devidamente fundamentadas, será emitido parecer negativo sobre eventuais pedidos de descongelamento de admissões que venham a ser apresentadas por serviços e organismos que não tenham respondido ao inquérito atrás referido até ao dia 18 de Junho do corrente ano.

4 — Às secretarias-gerais e serviços de organização e gestão de pessoal de cada ministério compete a divulgação dos referidos suportes por todos os serviços do respectivo ministério, bem como compilar todos os dados recolhidos e elaborar relatório a apresentar ao membro do Governo respectivo.

5 — Uma vez tomada decisão sobre o mesmo, cópias do relatório e do suporte informático com o apuramento final por ministério serão enviadas ao Secretariado para a Modernização Administrativa e à Direcção-Geral da Administração Pública, impreterivelmente até dia 30 de Julho do corrente ano, a fim de a equipa de projecto SMA/DGAP elaborar um relatório de avaliação global com base nos dados sectoriais recebidos a apresentar ao Ministro das Finanças e ao membro do Governo que tiver a seu cargo a Administração Pública.

Presidência do Conselho de Ministros, 18 de Março de 1999. — O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

**MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS
E DA CULTURA****Portaria n.º 243/99**

de 7 de Abril

Considerando que o novo regime fiscal dos donativos para fins culturais — mecenato, previsto no n.º 3 do artigo 39.º do CIRC, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 127-B/97, de 20 de Dezembro, determina que os donativos destinados a actividades e programas culturais de duração limitada desenvolvidos por entidades públicas ou privadas possam ser considerados como custos ou perdas do exercício na sua totalidade;

Considerando que as entidades beneficiárias daquele regime, pelo facto de desenvolverem actividades e programas culturais de interesse reconhecido, deverão constar de lista a aprovar por portaria conjunta dos Ministros das Finanças e da Cultura;

Considerando que as entidades Associação Comercial de Aveiro, Associação Euro-Parques Centro Económico e Cultural, Associação World Monuments Fund — Portugal, Colectividade Cultural e Recreativa de Santa Catarina — Chaitô, Comissão Organizadora do Cinanima, Ecomuseu do Zêzere, Fundação Bissaya-Barreto, Fundação Calouste Gulbenkian e serviços dependentes, Fundação Casa de Mateus, Fundação Luso-Brasileira para o Desenvolvimento do Mundo de Língua Portuguesa, Fundação Mário Soares, Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, Lithoartis e Observatório das Actividades Culturais solicitaram o reconhecimento do interesse cultural das suas actividades e programas e a sua inclusão na referida lista;

Considerando que o conjunto das actividades e programas culturais de duração limitada que estas entidades se propõem realizar no período compreendido entre 1998 e 1999 se encontram abrangidos pelo novo regime legal;

Considerando a especial relevância e o interesse cultural dos objectivos levados a cabo por aquelas enti-